

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)
AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
ADEPARÁ

CONCURSO PÚBLICO C - 174 / EDITAL N° 01/SEAD-ADEPARÁ
NÍVEL SUPERIOR

FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO – FORMAÇÃO EM AGRONOMIA

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

 COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Conhecimento Específico 01

Língua Portuguesa 01 a 06

Ética e Qualidade no Serviço Público 07 a 12

Legislação Geral 13 a 17

Noções de Informática 18 a 20

Conhecimentos Específicos 21 a 50

TARDE**PROVA**
01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

 **INSTRUÇÕES**

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prova Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor preta para transcrição da Versão Definitiva da Prova Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva devidamente preenchidas e assinadas. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas, levando o Caderno de Questões, faltando 30 (trinta) minutos para o final do tempo destinado à realização das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

TEXTO 1

A vida é muito curta para ser pequena

Por Mario Sergio Cortella

Cuidado, a vida é muito curta para ser pequena. É preciso engrandecê-la. E, para isso, é preciso tomar cuidado com duas coisas: a primeira é que tem muita gente que cuida demais do urgente e deixa de lado o importante. Cuida da carreira, do dinheiro, do patrimônio, mas deixa o importante de lado. Depois não dá tempo.

A segunda grande questão é gente que se preocupa muito com o fundamental e deixa o essencial de lado. O essencial é tudo aquilo que não pode não ser: amizade, fraternidade, solidariedade, sexualidade, religiosidade, lealdade, integridade, liberdade, felicidade. Isso é essencial. Fundamental é tudo aquilo que te ajuda a chegar ao essencial. Fundamental é a tua ferramenta, como uma escada.

Uma escada é algo que me ajuda a chegar a algum lugar. Ninguém tem uma escada para ficar nela. Dinheiro não é essencial. Dinheiro é fundamental. Sem ele, você tem problema, mas ele, em si, não resolve. Emprego é fundamental, carreira é fundamental. O essencial é o que não pode não ser. Essencial é aquilo que faz com que a vida não se apegue. Que faz com que a gente seja capaz de transbordar. Repartir vida. Repartir o essencial, a amizade, a amorosidade, a fraternidade, a lealdade. Repartir a capacidade de ter esperança e, para isso, ter coragem. Coragem não é a ausência de medo.

Coragem é a capacidade de enfrentar o medo. O medo, assim como a dor, é um mecanismo de proteção que a natureza coloca para nós. Se você e eu não tivermos medo nem dor, ficamos muito vulneráveis. Porque a dor é um alerta e a dor nos prepara. É preciso coragem para que a nossa obra não se apegue. E, para isso, precisamos ter esperança.

E, como dizia o grande Paulo Freire, “tem de ser esperança do verbo esperar”. Tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do

verbo esperar não é esperança, é espera. “Ah, eu espero que dê certo, espero que resolva, espero que funcione.” Isso não é esperança. Esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. Esperançar é achar, de fato, que a vida é muito curta para ser pequena. E precisamos pensar se estamos nos dedicando ao importante em vez de ao urgente. Tem gente que diz: “Ah, mas eu não tenho tempo”. Atenção: tempo é uma questão de prioridade, de escolha.

Quando eu digo que não tenho tempo para isso, estou dizendo que isso não é importante para mim. Cuidado, você já viu infartado que não tem tempo? Se ele sobreviver, ele arruma um tempo. O médico dizia “você não pode fazer isso, tem de andar todos os dias”. Se ele infartar e sobreviver, no outro dia você vai vê-lo, às 6 horas da manhã, andando. Se ele tinha tempo, que ele teve de arrumar agora, por que não fez isso antes? Você tem tempo? Se não tem, crie. Talvez precisemos rever as nossas prioridades. Será que estamos cuidando do urgente e deixando o importante de lado? Será que não estamos atrás do fundamental, em vez de ir em busca do essencial? E assim, contribuir com meu verso!

Disponível em: <<https://www.asomadetodosafetos.com/2016/07/a-vida-e-muito-curta-para-ser-pequena-mario-sergio-cor.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

1. De acordo com o texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é preciso se preocupar com a carreira e o dinheiro, pois são coisas supérfluas.
- (B) As pessoas se preocupam muito com a carreira e o dinheiro, porém deveriam dar mais atenção às amizades, à lealdade, à solidariedade, que são coisas essenciais.
- (C) Só existe um sentido para a palavra esperança.
- (D) Coragem é não ter medo.
- (E) Falta de tempo é um impedimento plausível para não ver alguém importante.

2. Sobre a função dos vocábulos “que” e “se”, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “O medo, assim como a dor, é um mecanismo de proteção **que** a natureza coloca para nós.”, o termo destacado funciona como uma conjunção subordinativa integrante.
- (B) Em “**Se** não tem, crie.”, a palavra destacada tem a função de partícula apassivadora.
- (C) Em “[...] tem muita gente **que** cuida demais do urgente e deixa de lado o importante.”, o vocábulo em destaque é um pronome relativo.
- (D) Em “[...] eu espero **que** dê certo [...]”, o termo destacado é um pronome relativo.
- (E) Em “O essencial é o **que** não pode não ser [...]”, a palavra em destaque é uma conjunção subordinativa integrante.

3. Analise os aspectos fonológicos dos vocábulos a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) Na palavra “patrimônio”, há dois encontros consonantais perfeitos e um encontro vocálico.
- (B) Todos os termos destacados nos vocábulos “esperança”, “funcione” e “precisemos” representam o fonema /s/.
- (C) Em “essencial”, há um dígrafo consonantal e um ditongo aberto.
- (D) No vocábulo “religiosidade”, aparecem cinco vogais e duas semivogais.
- (E) Em “fundamental”, há três vogais nasais.

4. Analise a tirinha a seguir e assinale a alternativa correta referente ao seu conteúdo.



Disponível em: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com/>>. Acesso em: 03 de out. 2018.

- (A) A tirinha, de modo irônico, critica o alto índice de desemprego que o país enfrenta atualmente.
- (B) O personagem Armandinho acredita que o fato de o pai estar desempregado seja culpa dele.
- (C) Armandinho entende que o pai está triste por perder o emprego e compartilha de sua dor.
- (D) As reticências, nos dois primeiros quadrinhos, demonstram a hesitação dos personagens ao se dirigirem um ao outro.
- (E) Quando Armandinho diz ao pai “O senhor não está sozinho”, ele quis dizer que estava ao lado do pai.

5. Sobre a classificação do sujeito dos seguintes excertos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Coragem é a capacidade de enfrentar o medo.”, o sujeito é indeterminado.
- (B) “Isso é essencial.” é uma oração sem sujeito.
- (C) Em “Esperança é ir atrás [...]”, há sujeito indeterminado.
- (D) No trecho “[...] estou dizendo que isso não é importante para mim.”, o sujeito da primeira oração é oculto.
- (E) Na frase “Talvez precisemos rever as nossas prioridades.”, o sujeito é composto.

6. Sobre o conteúdo do texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há distinção de sentido entre os termos “essencial” e “fundamental”.
- (B) A repetição de palavras, como a do verbo “repartir”, em “Repartir vida. Repartir o essencial, a amizade, a amorosidade, a fraternidade, a lealdade. Repartir a capacidade de ter esperança e, para isso, ter coragem.”, gera problemas de coesão que não permitem o pleno entendimento do trecho.

- (C) De acordo com o autor do texto, é possível afirmar que sentir dor é algo importante, uma vez que ela serve para nos manter alerta.
- (D) No texto, não houve, como estratégia de escrita, a utilização de intertextualidades.
- (E) O autor do texto se exclui das afirmações propostas ao priorizar a terceira pessoa em todo o texto.

Ética e Qualidade no Serviço Público

7. **“As Ouvidorias Públicas têm a potencialidade de promover a efetividade das políticas e dos serviços públicos e, em consequência, os direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 1988, sejam eles individuais, sociais, econômicos, culturais ou coletivos.” Sobre as Ouvidorias Públicas, sua missão, cumprimento de deveres e efetividade na prestação de serviço, assinale a alternativa correta.**
- (A) Para realizar seu papel prático, as Ouvidorias devem quantificar e qualificar suas expectativas de forma adequada, caracterizando situações e identificando os desvios de conduta dos funcionários públicos, para que o Estado possa decodificá-las como oportunidades de crescimento e melhoria.
 - (B) As Ouvidorias devem reconhecer os cidadãos, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos e garantias fundamentais, atribuindo-lhes valoração econômica e moralidade na Administração Pública.
 - (C) Para realizar seu papel prático, as Ouvidorias devem responder aos cidadãos e demonstrar os resultados produzidos, avaliando, quantificando e estruturando a efetividade das respostas oferecidas e elaborando relatórios gerenciais capazes de subsidiar a gestão pública estadual e municipal.
 - (D) A missão da Ouvidoria relaciona-se com direção, com princípios e fundamentos que irão nortear as ações e a prestação dos serviços públicos. No caso das Ouvidorias, a missão é promover a realização dos direitos humanos, por meio da mediação e do diálogo aberto, a partir do reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

- (E) As Ouvidorias devem ouvir e compreender as diferentes formas de manifestação e pensamento dos cidadãos (solicitação de informação, reclamação, denúncia, elogio, crítica e sugestão) como demandas legítimas, legais, culturais, animais e humanas.

8. Sobre a Competência Profissional, o atendimento e a comunicação, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O serviço prestado no mundo do trabalho contemporâneo significa a noção de serviço de atender a uma pessoa, de dentro ou de fora da organização, e precisa ser central e estar presente em todas as atividades. Para tanto, a comunicação é de fundamental importância.
 - II. A competência é a capacidade de assumir iniciativas, ir além das atividades prescritas, compreender e enfrentar situações e acontecimentos característicos de um campo profissional, de forma responsável, e com a habilidade de coordenar-se com outros atores na mobilização de suas capacidades.
 - III. A noção de incidente no mundo do trabalho contemporâneo significa aquilo que ocorre de forma imprevista, não programada, ultrapassando a capacidade rotineira de autorregulação, o que implica que a competência não pode estar contida nas pré-definições da tarefa. A pessoa precisa sempre mobilizar recursos para resolver novas situações de trabalho.
- (A) Apenas I e II.
 - (B) Apenas I.
 - (C) Apenas II e III.
 - (D) Apenas I e III.
 - (E) I, II e III.

9. A respeito das boas práticas ligadas ao atendimento do usuário de serviços públicos e à Gestão da Qualidade Total, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da Gestão da Qualidade Total estabelece o usuário como a pessoa dedicada e mais importante da organização. Na aplicação desse princípio ao serviço público e privado, verifica-se a dificuldade que as pessoas têm de considerar os serviços públicos como um produto e de visualizar o sucesso da prestação de serviços como um lucro social.
- (B) O princípio primordial da Gestão da Qualidade Total estabelece o usuário como a pessoa mais importante da organização. Na aplicação desse princípio ao serviço público, verifica-se a dificuldade que as pessoas têm de considerar os serviços públicos como um produto e a dificuldade em se visualizar o sucesso da prestação de serviços como um lucro social.
- (C) A Gestão da Qualidade Total estabelece o servidor de carreira, efetivamente concursado, como a pessoa mais importante da organização. Na aplicação desse princípio ao serviço público, verifica-se a dificuldade que as pessoas têm de considerar os serviços públicos como um produto e a dificuldade em se visualizar o sucesso da prestação de serviços como um lucro real.
- (D) O princípio da Gestão da Qualidade Total estabelece, ao servidor público, que este seja considerado como a pessoa única, dedicada e mais importante da organização. Na aplicação desse princípio ao serviço público, verifica-se a dificuldade que as pessoas têm de considerar os serviços públicos como um produto e a dificuldade em se visualizar o sucesso da prestação de serviços como um lucro presumido institucional.
- (E) A Gestão da Qualidade Total estabelece o usuário como sendo a principal fonte de preocupação do sistema de atendimento, estando somente atrás do servidor público concursado, pois este é o mais importante membro da organização. Na aplicação desse princípio ao serviço público, verifica-se o sucesso da prestação de serviços como um lucro real, presumido e que envolve recuperação das entidades públicas e privadas.

10. O atendimento desempenhado pelo servidor público deve cumprir ao requisito de presteza. Nesse sentido, assinale a alternativa correta em consonância com a Lei nº 8.027/1990 que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.

- (A) Ao servidor público, cabe exercer com zelo, presteza e dedicação as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função. Ele deve prezar pela lealdade às instituições a que servir e observar as normas regulares, irregulares e ilegais afetas ao órgão.
- (B) O servidor público deve zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público, deve guardar sigilo sobre assuntos da repartição, desde que envolvam questões relativas à segurança nacional e da sociedade pública e privada.
- (C) Há o dever inerente ao servidor público em observar as normas legais e regulamentares, cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, e atender com destreza todos aqueles que necessitarem de atendimento público nas mais diversas áreas de atuação do servidor.
- (D) Cabe ao servidor público efetuar a expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal e profissional, bem como zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público além de representar contra legalidade, omissão ou abuso de poder.
- (E) O servidor público deve atender com presteza à expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, bem como ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas pelo sigilo.

11. Sobre a destituição de servidor público, sua demissão e os prazos de prescrição da punição em processo administrativo disciplinar, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O processo administrativo disciplinar para a apuração das infrações e para a aplicação das penalidades reguladas pela Lei nº 8.027/1990 permanece regido

pelas normas legais e regulamentares em vigor, assegurado o direito à ampla defesa, e a falta sujeita às penas de advertência e suspensão prescreve em dois anos.

II. A demissão ou a destituição de cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos.

III. Prescreve em cinco anos a falta sujeita à pena de demissão ou à pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II.

12. Considerando a obrigação do servidor de declarar quais os cargos públicos, empregos e funções que ele exerce, a Lei nº 8.027/1990 deixa claras as hipótese de incidência ou não da acumulação. Sobre o assunto abordado, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá ao órgão de pessoal fazer a verificação da incidência ou não da acumulação vedada pela Constituição Federal em decorrência de impossibilidade de justificativa prévia do servidor, pois este perderá o direito à ampla defesa.
- (B) Havendo, a qualquer tempo, a incidência da acumulação vedada, assim como a apresentação, pelo servidor, na data da sua investidura no cargo público, da respectiva declaração de acumulação, a autoridade competente promoverá, em 30 dias, a instauração do processo administrativo para a apuração da infração criminal, nos termos da Lei nº 8.027/1990, sob pena de destituição do cargo em comissão ou função de confiança, da autoridade e do chefe de pessoal.
- (C) Verificada, a qualquer tempo, a incidência da acumulação vedada, assim como a não apresentação, pelo servidor, na data da sua investidura no cargo público, da respectiva declaração de acumulação, a autoridade competente promoverá a imediata instauração do processo administrativo para a apuração da infração disciplinar, nos termos da Lei nº 8.027/1990, sob pena de destituição do cargo em comissão ou função de confiança, da autoridade e do chefe de pessoal.

- (D) Havendo, a qualquer tempo, a incidência da acumulação vedada, assim como a não apresentação, pelo servidor, na data da sua contratação no cargo público, da respectiva declaração de acumulação, a autoridade competente promoverá, em 45 dias, a instauração do processo administrativo para a apuração da infração administrativa e cível, nos termos da Lei nº 8.027/1990, sob pena de destituição do cargo em comissão ou função de confiança, da autoridade e do chefe de pessoal.
- (E) Os servidores públicos civis podem optar por declarar, no ato de investidura e sob as penas da lei, quais os cargos públicos, empregos e funções que exercem, abrangidos pela vedação constitucional, devendo fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada.

Legislação Geral

13. Com base na Lei Estadual nº 6.482 de 17 de setembro de 2002 e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) A ADEPARÁ terá como estrutura básica um Conselho Estadual de Defesa Agropecuária do Pará, uma Diretoria Geral, Diretorias Regionais, Coordenadoria, Gerências e Gerências Regionais e Técnicas.
- (B) As características, as competências, o funcionamento, o organograma e a estrutura interna das unidades administrativas da ADEPARÁ serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (C) O regime de trabalho da ADEPARÁ terá a jornada de 44 horas semanais.
- (D) Em caso de extinção da ADEPARÁ, seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio da Secretaria Estadual de Agricultura.
- (E) A participação no Conselho Estadual de Defesa Agropecuária, que é órgão consultivo, de orientação e supervisão da ADEPARÁ, será uma atividade remunerada.

14. Quanto à legislação que trata da defesa sanitária animal no Estado do Pará (Lei Estadual nº 6.712 de 14 de janeiro de 2005), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando da ocorrência de zoonoses em animais de produção e que sejam de interesse da saúde pública, a ADEPARÁ poderá notificar à Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, podendo ambas as instituições estabelecer, em cooperação, normas apropriadas.
- (B) A defesa sanitária animal será desenvolvida através de programas genéricos elaborados de forma global, em consonância com as diretrizes e normas legais instituídas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- (C) A ADEPARÁ não poderá estabelecer calendário para comercialização e utilização de vacinas ou outros insumos de uso veterinário, bem como não poderá definir a faixa etária dos animais a serem vacinados ou tratados conforme os programas de combate às doenças dos animais.
- (D) Os proprietários, possuidores, condutores ou detentores da posse de animais, além do registro, ficam obrigados a contribuir com as despesas de estadia e alimentação dos servidores da ADEPARÁ enquanto estes estiverem em sua propriedade.
- (E) As instituições ou empresas de pesquisa ou diagnóstico somente poderão manipular agentes de doenças transmissíveis quando autorizadas pelas autoridades sanitárias federal e estadual e após o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, devendo as referidas instituições ou empresas estarem registradas na ADEPARÁ.

15. Com base na Lei Estadual nº 5.810/1994, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) O ocupante de cargo em comissão poderá ser designado para o exercício de função gratificada.
- (B) Na realização de concursos públicos, poderão inscrever-se candidatos de qualquer idade.

- (C) Terá preferência para a ordem de classificação o candidato já pertencente ao serviço público estadual e, persistindo a igualdade, aquele que contar com maior tempo de serviço público ao Estado.
- (D) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado de ofício, não sendo obrigatório respeitar o devido processo legal.
- (E) O servidor em estágio probatório poderá ser transferido.

16. Em relação à Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, assinale a alternativa correta.

- (A) A política agrícola fundamenta-se no pressuposto de uma atividade econômica, que deve proporcionar àqueles que a ela se dediquem rentabilidade compatível com a de outros setores da economia.
- (B) É um objetivo da política agrícola promover a centralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural.
- (C) O Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) terá como um dos seus membros um representante da Caixa Econômica Federal.
- (D) O Poder Público não tem obrigações de melhorar a armazenagem, o processamento, a embalagem e a redução de perdas em nível de estabelecimento rural, inclusive comunitário.
- (E) O Poder Público apoiará e estimulará os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associação, cooperativas, sindicatos e outras, através exclusivamente da criação de leis que facilitem tais procedimentos.

17. Com base na Lei Federal nº 8.027/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) São faltas administrativas puníveis com a pena de advertência por escrito recusar fé a documentos públicos e opor resistência ao andamento de documentos e processo ou à execução de serviço.
- (B) São faltas administrativas, puníveis com pena de suspensão por até 90 dias, ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior imediato e retirar, sem prévia autorização, por escrito, da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

- (C) São faltas administrativas, puníveis com a pena de demissão, a bem do serviço público exercer comércio ou participar de sociedade comercial (exceto como acionista, cotista ou comandatário), utilizar pessoal ou recursos materiais de repartição em serviços ou atividades particulares e praticar comércio de compra e venda de bens ou serviços no recinto da repartição, ainda que fora do horário normal de expediente.
- (D) A penalidade de advertência converte-se automaticamente em suspensão, por trinta dias, no caso de reincidência.
- (E) A demissão ou a destituição de cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público pelo prazo de 2 anos.

Noções de Informática

- 18. A criptografia é uma técnica bastante utilizada para implementar um maior nível de segurança na transmissão de dados por redes de computadores. Sua aplicação consiste em codificar a informação de forma que somente o emissor e o receptor dos dados consigam decifrá-los. Com isso, sobre o tipo de criptografia assimétrica, é correto afirmar que**
- (A) trabalha apenas com uma chave para criptografia dos dados, sendo utilizada a mesma chave tanto para criptografar como para descriptografar os dados.
- (B) utiliza duas chaves diferentes para a criptografia dos dados, sendo uma chave privada e uma chave pública.
- (C) nesse tipo de criptografia são utilizadas três chaves, uma para emissão, uma para transporte das informações e outra para recepção dos dados.
- (D) nesse tipo de criptografia a forma de controle de integridade das informações é dada pela transmissão dos dados que ocorre somente dentro de uma intranet, impossibilitando o acesso externo e, conseqüentemente, o acesso às informações transportadas por terceiros.
- (E) trabalha apenas com uma chave para executar a criptografia dos dados, implementando o algoritmo de *Hash* para transmissão dos dados.

- 19. Utilizando o Microsoft Excel, versão em Português, há um software que é amplamente utilizado para realizar procedimentos matemáticos, no qual existe uma determinada função que é responsável por realizar o cálculo da quantidade de células não vazias dentro de um intervalo pré-determinado, correspondendo a uma determinada condição. Qual é o nome dessa função?**

- (A) CONT.NÚM
- (B) CONT.SES
- (C) CONTAR.VAZIO
- (D) CONTAGEMCONJUNTOCUBO
- (E) CONT.SE

- 20. Referente à utilização do navegador Google Chrome, versão 65 em português, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. Utilizando as teclas de comando Ctrl + Shift + T, é possível abrir novamente a última guia fechada. Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.
- II. A funcionalidade denominada Favoritos realiza o armazenamento de todas as informações que foram acessadas dentro do navegador, informando o local, data e hora de acesso.
- III. A página de inicialização não pode ser redefinida nesse navegador, uma vez que, por padrão, ele vem com o site de busca próprio, não permitindo que essa página possa ser alterada.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III.

Conhecimentos Específicos

21. O conceito de Responsabilidade Social vem sendo aprimorado desde os anos 1950, quando se iniciou o debate sobre o tema. Nos anos 2000, sete vetores tornaram-se o fio condutor de ações de responsabilidade social. Qual das seguintes alternativas contempla um conjunto correto com quatro desses vetores da Responsabilidade Social?

- (A) Comunicações transparentes; Sinergia com parceiros; Preservação Ambiental; Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua.
- (B) Comunicações transparentes; Preservação Ambiental; Satisfação de clientes e consumidores; Ascensão geométrica de lucro.
- (C) Abertura de Capital; Preservação Ambiental; Retorno aos acionistas; Investimento no bem-estar dos funcionários e dependentes e um ambiente de trabalho agradável.
- (D) Preservação Ambiental; Abertura de Capital; Retorno ao governo; Informações complementares sobre ações propostas disponibilizadas aos concorrentes.
- (E) Satisfação dos clientes e consumidores; Bem-estar dos funcionários e dependentes e um ambiente de trabalho agradável; Apoio ao desenvolvimento econômico de empresas concorrentes diretas; Apoio ao desenvolvimento da comunidade.

22. Existe um expressivo potencial de desenvolvimento sustentável atrelado à inovação. Considerando o exposto, a Tipologia de Inovações Sustentáveis compreende qual dos seguintes conjuntos?

- (A) Desenvolvimento de tecnologias e alternativas em aplicações inexistentes; Melhoria incremental no desempenho e na qualidade de produtos e serviços inexistentes; Evolução de novos sistemas sociais e técnicos; Criação de produtos e serviços de uso amplo e irrestrito.
- (B) Desenvolvimento de tecnologias alternativas em aplicações existentes; Melhoria incremental no desempenho e na qualidade de produtos e serviços existentes; Evolução de novos sistemas sociais e técnicos; Criação de produtos e serviços de uso amplo e irrestrito.

- (C) Desenvolvimento de tecnologias alternativas em aplicações inexistentes; Melhoria incremental no desempenho e na qualidade de produtos e serviços existentes; Manutenção de sistemas sociais e técnicos; Criação de produtos e serviços de nicho.

- (D) Desenvolvimento de tecnologias alternativas em aplicações existentes; Melhoria incremental no desempenho e na qualidade de produtos e serviços inexistentes; Evolução de novos sistemas sociais e técnicos; Criação de produtos e serviços de nicho.

- (E) Desenvolvimento de tecnologias alternativas em aplicações existentes; Melhoria incremental no desempenho e na qualidade de produtos e serviços existentes; Evolução de novos sistemas sociais e técnicos; Criação de produtos e serviços de nicho.

23. Dentro do Planejamento Estratégico, é comum utilizar a ferramenta da “Análise SWOT”, também conhecida, em português, como a “Matriz FOFA”. Qual é o objetivo da utilização da Matriz FOFA no Planejamento Estratégico de uma organização?

- (A) Realizar a análise ambiental, para a organização diagnosticar suas forças e fraquezas no ambiente externo, e ameaças e oportunidades no ambiente interno.
- (B) Realizar a análise ambiental, para a organização diagnosticar e dimensionar suas forças e fraquezas no ambiente interno, e ameaças e oportunidades no ambiente externo, posicionando-a quanto ao seu potencial, a fim de obter o melhor resultado de acordo com os objetivos traçados e com sua visão de futuro.
- (C) Realizar a análise ambiental, para a organização gerar ações através de suas forças e oportunidades no ambiente externo, e corrigir fraquezas e ameaças no ambiente interno.
- (D) Realizar a análise ambiental, gerar propostas de melhorias na própria matriz FOFA, que retrata o cenário esperado de futuro.

- (E) Realizar a análise ambiental, para a organização observar e levantar dados referentes às suas forças e fraquezas no ambiente interno, e ameaças e oportunidades no ambiente externo, para entender seu passado, mantendo a tradição e justificando suas decisões pautadas por seus princípios e valores, sem se preocupar com a visão de futuro.

24. Todos os Organismos Geneticamente Modificados são transgênicos. Essa afirmação está

- (A) correta, pois, para ser considerado um Organismo Geneticamente Modificado, são necessárias alterações genéticas artificiais, com transferência genética de outra espécie durante o processo de manipulação.
- (B) correta, pois apenas transgênicos podem ser chamados de Organismos Geneticamente Modificados, os demais organismos são chamados de Organismos Melhorados Geneticamente.
- (C) incorreta, pois todos os transgênicos são Organismos Geneticamente Modificados, porém, há organismos que são modificados sem a transferência genética de outra espécie durante o processo de manipulação.
- (D) incorreta, pois apenas plantas que são modificadas, sem a transferência genética de outra espécie, podem ser chamadas de Organismos Geneticamente Modificados.
- (E) correta, pois todos os Organismos Geneticamente Modificados recebem material genético de outra espécie, já que, para ser considerado um “OGM”, obrigatoriamente o organismo é transgênico.

25. Dentre as normas estabelecidas pelo Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto Federal nº 24.114, de 12/04/1934, quanto ao comércio de vegetais e partes de vegetais (Capítulo III), encontra-se a exigência de que

- (A) os estabelecimentos que negociarem vegetais e partes de vegetais ficam obrigados a conservar expostas, à vista dos compradores, necessariamente o Certificado de Sanidade, sendo que os quadros murais de instrução à profilaxia devem ser buscados, pelos compradores, junto a órgão específico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
- (B) os vegetais e partes de vegetais expostos à venda deverão ser acompanhados de etiqueta contendo o nome do produto, localidade de onde provêm, dados de identificação do produtor e data de validade do produto.
- (C) as propriedades agrícolas terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para obter o certificado de sanidade dos produtos, contados a partir da data do início da comercialização dos respectivos produtos.
- (D) o responsável legal pelo estabelecimento onde for verificada qualquer doença ou praga perigosa em vegetais ou partes de vegetais é obrigado a realizar a destruição ou tratamento dos vegetais e partes de vegetais atacados, bem como aplicar todas as medidas profiláticas, julgadas suficientes a critério do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal.
- (E) ficam eximidos de multa os proprietários que venderem ou oferecerem venda de vegetais e partes de vegetais contaminados, caso não tenham sido sujeitos à prévia verificação do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal.

26. De acordo com o Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, as atividades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária serão executadas pelas Instâncias Central e Superior, Intermediária e Locais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os responsáveis pela execução das atividades em cada instância.

- (A) Central e Superior: Presidência da República; Intermediária: Governo do Estado, assessorado pela Secretaria de Estado da Agricultura ou similar; Local: Prefeitura do Município.
- (B) Central e Superior: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e seus órgãos colegiados; Intermediária: Órgão com mandato ou atribuição para a execução de atividades relativas à defesa agropecuária, definido pelos Governos Estaduais ou Distrito Federal; Local: Unidade Local de atenção à sanidade agropecuária, que poderá abranger uma ou mais unidades geográficas básicas, municípios, incluindo microrregião, território, associação de municípios, consórcio de municípios ou outras formas associativas de municípios.
- (C) Central e Superior: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e seus órgãos colegiados; Intermediária: Secretaria de Estado (ou Distrital) de Agricultura ou similar; Local: Unidade Local de atenção à sanidade agropecuária, abrangendo de uma até o limite de 06 (seis) unidades geográficas básicas ou municípios.
- (D) Central e Superior: Presidência da República, assessorada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Intermediária: Órgão com mandato ou atribuição para a execução de atividades relativas à defesa agropecuária, definido pelos Governos Estaduais ou Distrito Federal; Local: Prefeitura do Município, assessorada pela Câmara de Vereadores.
- (E) Central e Superior: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e seus órgãos colegiados; Intermediária: Secretaria de Estado (ou Distrital) de Agricultura ou similar e seus órgãos colegiados; Local: Unidade Local de atenção à sanidade agropecuária, abrangendo de uma até o limite de 06 (seis) unidades geográficas básicas ou municípios.

27. Dentre as atividades relacionadas pelo Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, como competências da Instância Intermediária do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, estão:

- (A) I - vigilância agropecuária do trânsito interestadual de vegetais e animais; II - coordenação e execução de programas e campanhas de controle e erradicação de pragas dos vegetais e doenças dos animais; e III - coordenação e execução dos programas, dos projetos e das atividades de educação sanitária em sua área de atuação.
- (B) I - cadastro das propriedades; II - inventário das populações animais e vegetais; e III - controle de trânsito de animais e vegetais.
- (C) I - cadastro dos laboratórios de diagnósticos de doenças; II - inventário das doenças e pragas diagnosticadas; e III - execução de campanhas de controle de doenças e pragas.
- (D) I - elaborar os regulamentos sanitários e fitossanitários para transporte e comércio de animais, vegetais e suas partes, produtos e subprodutos; II - organizar, conduzir, elaborar e homologar análise de risco de pragas e doenças para transporte e comércio de produtos e matérias-primas; e III - promover o credenciamento de centros colaboradores.
- (E) I - estabelecer procedimentos de amostragem, métodos e técnicas de controle, interpretação dos resultados e decisões decorrentes; II - desenvolver os programas de acompanhamento dos controles oficiais e da vigilância agropecuária; e III - apoiar à assistência mútua quando os controles oficiais exigirem a intervenção de mais de uma das Instâncias Intermediárias.

28. A Portaria nº 4.167/2013 - ADEPARÁ - , de 04 de novembro de 2013, dispõe sobre o trânsito de frutos de abacaxi produzidos no Estado. Em seu Artigo 1º, a referida Portaria determina que o trânsito intraestadual de frutos de abacaxi *Ananas comosus* (L) Merr, no Estado do Pará, deverá ser acompanhado do(s) seguinte(s) documento(s):

- (A) Guia de Trânsito de Vegetais (GTV), exclusivamente.
- (B) Apenas Nota Fiscal do Produtor ou Nota Fiscal.

- (C) Guia de Trânsito de Vegetais (GTV) e Nota Fiscal do Produtor ou Nota Fiscal.
- (D) Nota Fiscal do Produtor e Atestado de Sanidade do Produto.
- (E) Guia de Trânsito de Vegetais (GTV), Nota Fiscal do Produtor ou Nota Fiscal e Atestado de Sanidade do Produto.

29. Em caso de apreensão da carga de abacaxi (frutos e material propagativo), o Art. 7º da Portaria nº 4.167/2013 - ADEPARÁ - , de 04 de novembro de 2013, estipula que a ADEPARÁ não poderá ser responsabilizada pela deterioração dos produtos apreendidos, sendo constituído como fiel depositário da carga

- (A) o agente sanitário da ADEPARÁ que lavrou o laudo de apreensão.
- (B) o responsável pela unidade local de sanidade agropecuária (ulsa) da ADEPARÁ em cuja jurisdição ocorreu a apreensão.
- (C) a gerência regional da ADEPARÁ em cuja jurisdição ocorreu a apreensão.
- (D) o destinatário ou comprador da carga.
- (E) o proprietário ou detentor da carga.

30. O Decreto Estadual nº 480, de 12/07/2012, regulamenta a Lei nº 7.565/2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências. De acordo com esse Decreto, devem constar na fórmula dos produtos artesanais as seguintes informações, EXCETO

- (A) matéria-prima de origem animal e vegetal.
- (B) ingredientes, condimentos, corantes, coagulantes, conservantes e antioxidantes.
- (C) tecnologia de processamento.
- (D) procedência dos equipamentos utilizados para processamento.
- (E) fermentos e quaisquer outras substâncias que entrem em sua elaboração.

31. Em relação à higiene das instalações, equipamentos e utensílios estipuladas pelo Decreto nº 480, de 12/07/2012, que regulamenta a Lei nº 7.565/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) Os pisos e paredes, bem como os equipamentos e utensílios, devem ser lavados e adequadamente higienizados com produtos registrados no Ministério da Saúde,

devendo ser mantidos limpos, organizados e em perfeitas condições de higiene e funcionamento após o processamento dos produtos.

- (B) É vedado empregar recipientes com ligamento que contenha mais de 0,2% de chumbo ou que apresente estanhagem defeituosa, ou ainda qualquer utensílio que, pela forma e composição, possa prejudicar a matéria-prima, os ingredientes ou os produtos elaborados.
- (C) As câmaras frias, freezers e refrigeradores podem ser de uso compartilhado com demais produtos, desde que atendam às mais rigorosas condições de higiene e funcionamento.
- (D) A caixa d'água deve ser lavada e higienizada no mínimo a cada 01 (um) ano ou, se necessário, em periodicidade inferior.
- (E) É proibido residir, locar, dormir, fazer refeições, fumar, depositar produtos, objetos e materiais estranhos à finalidade do estabelecimento ou ainda guardar adornos, roupas ou calçados de qualquer natureza nas instalações de recebimento, produção, expedição, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes.

32. O Art. 1º da Lei Federal nº 9.972/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências, estabelece que, em todo o território nacional, a classificação é obrigatória para os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico quando destinados diretamente à alimentação humana, nas operações de compra e venda do Poder Público; e

- (A) nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação.
- (B) nos postos de compra e venda, independentemente de sua natureza administrativa.
- (C) nas cooperativas agrícolas e empresas ou entidades especializadas na atividade agrícola.
- (D) nas bolsas de mercadorias, universidades e institutos de pesquisa de produtos vegetais.
- (E) nos estabelecimentos não estatais de comercialização de produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo.

33. Segundo o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, na coleta dos incrementos nos lotes de grãos, para controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal, devem ser utilizados equipamentos, tais como caladores e/ou sondas ou similares. Deve-se, também, coletar os incrementos aleatoriamente e em diversos pontos do lote, de tal forma que suas condições sejam representativas e as respectivas quantidades de amostras simples estejam de acordo com o disposto em qual das seguintes tabelas?

(A)

Peso do Lote (Kg)	Nº de Amostras Simples
Menor que 50	1
51 a 500	2
501 a 2000	5
Maior que 2000	10

(B)

Peso do Lote (Kg)	Nº de Amostras Simples
Menor que 50	2
51 a 500	3
501 a 2000	10
Maior que 2000	20

(C)

Peso do Lote (Kg)	Nº de Amostras Simples
Menor que 50	3
51 a 500	5
501 a 2000	10
Maior que 2000	15

(D)

Peso do Lote (Kg)	Nº de Amostras Simples
Menor que 50	2
51 a 500	5
501 a 2000	10
Maior que 2000	20

(E)

Peso do Lote (Kg)	Nº de Amostras Simples
Menor que 50	3
51 a 500	10
501 a 2000	15
Maior que 2000	20

34. De acordo com as conceituações oferecidas pelo Art. 1º do Decreto Federal nº 4.074/2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802/1989, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. **Matéria-prima.**
 2. **Aditivo.**
 3. **Produto formulado.**
 4. **Componente.**
 5. **Ingrediente ativo ou princípio ativo.**
- a. **Substância ou produto adicionado a agrotóxicos, componentes e afins, para melhorar sua ação, função, durabilidade, estabilidade e detecção ou para facilitar o processo de produção.**
 - b. **Substância, produto ou organismo utilizado na obtenção de um ingrediente ativo, ou de um produto que o contenha, por processo químico, físico ou biológico.**
 - c. **Agente químico, físico ou biológico que confere eficácia aos agrotóxicos e afins.**
 - d. **Princípio ativo, produto técnico, suas matérias-primas, ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.**
 - e. **Agrotóxico ou afim obtido a partir de produto técnico ou de pré-mistura, por intermédio de processo físico, ou diretamente de matérias-primas por meio de processos físicos, químicos ou biológicos.**

- (A) 1a – 2b – 3e – 4c – 5d.
 (B) 1b – 2e – 3a – 4d – 5c.
 (C) 1c – 2a – 3b – 4e – 5d.
 (D) 1c – 2b – 3d – 4a – 5b.
 (E) 1b – 2a – 3e – 4d – 5c.

35. O Decreto Federal nº 4.074/2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802/1989, estabelece diferentes competências para determinados Ministérios da República. Das competências a seguir, qual é atribuída ao Ministério da Saúde pelo citado Decreto?

- (A) Avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, seus componentes e afins.
- (B) Avaliar a eficiência agrônômica dos agrotóxicos e afins para uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas florestas plantadas e nas pastagens.
- (C) Avaliar os agrotóxicos e afins destinados ao uso em ambientes hídricos, na proteção de florestas nativas e de outros ecossistemas quanto à eficiência do produto.
- (D) Avaliar pedidos de cancelamento ou de impugnação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins.
- (E) Avaliar a eficácia e eficiência e estabelecer os parâmetros para rótulos, bulas de agrotóxicos e afins.

36. O Art. 84 do Decreto Federal nº 4.074/2002 estabelece que, nos casos especificados, as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, em função do descumprimento do disposto na legislação pertinente a agrotóxicos, seus componentes e afins recairão sobre

- (A) o registrante, o produtor do agrotóxico, o profissional que prescrever a utilização, o comerciante, o empregador, o profissional responsável ou prestador de serviço, o usuário e as entidades públicas ou privadas de ensino, assistência técnica ou pesquisa.
- (B) o serviço de saúde pública dos Estados e Municípios.
- (C) o responsável pelo Posto de Coleta e a empresa que comercializou o agrotóxico.
- (D) o usuário do produto, seus empregados e a Prefeitura do Município.
- (E) o serviço de coleta e destinação de embalagens do Município ou localidade.

37. São requisitos estipulados pelo Art. 44 do Decreto Federal nº 4.074/2002, para as embalagens dos agrotóxicos e afins, EXCETO

- (A) ser projetadas e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo e de modo a facilitar as operações de lavagem,

classificação, reutilização, reciclagem e destinação final adequada.

- (B) ser imunes à ação de seu conteúdo ou insuscetíveis de formar com ele combinações nocivas ou perigosas.
- (C) ser resistentes especialmente nas partes mais propensas à manipulação e satisfazer as exigências de uma conservação adequada às normas estabelecidas.
- (D) ser providas de lacre ou outro dispositivo externo que assegure plena condição de verificação visual da inviolabilidade da embalagem.
- (E) que as embalagens rígidas apresentem, de forma indelével e irremovível, em local de fácil visualização, exceto na tampa, o nome da empresa titular do registro e advertência quanto ao não reaproveitamento da embalagem.

38. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de agricultura orgânica.

- (A) O fruto da ciência espiritual antroposófica, com peculiaridades, tais como as questões espirituais ligadas à antroposofia, o uso de preparados biodinâmicos, os calendários astrológicos, os testes de cristalização sensitiva e cromatografia de solos e de plantas.
- (B) Um sistema holístico de manejo da unidade de produção agrícola, que promove a agrobiodiversidade e os ciclos biológicos, visando à sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade de produção no tempo e no espaço.
- (C) O respeito às leis da natureza, em que as práticas agrícolas recomendadas são: rotação de culturas, uso de adubos químicos e adubos verdes, compostagem e cobertura morta sobre o solo.
- (D) Agricultura alternativa que faz uso da compostagem na superfície do solo e teste microbiológico de Rush, para avaliação da fertilidade do solo, permitindo a utilização de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e restringindo o uso de agrotóxicos, antibióticos e hormônios.
- (E) Agricultura cujo princípio é o cultivo alternado de gramíneas e leguminosas, e a manutenção de palha como cobertura do solo, pouco restritiva em relação ao uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e hormônios e restritiva ao uso de agrotóxicos e antibióticos.

39. O Systems Approach pode ser dividido em cinco fases. Quais são essas fases?

- (A) Práticas de MIP, MIPD e MID no campo de produção; Medidas corretivas na fase de pré-colheita; Remoção na pós-colheita de frutos com danos ou sinais de infestação por insetos e doenças; Inspeção e certificação dos frutos empacotados; Transporte e distribuição da commodity.
- (B) Práticas do MIP no campo de pós-colheita; Medidas corretivas na fase da colheita; Remoção na pós-colheita de frutos com danos de infestação por insetos; Inspeção e certificação dos frutos empacotados; Transporte e distribuição da commodity à granel.
- (C) Práticas do MIP e MID no campo de produção; Medidas corretivas na fase de colheita; Tratamento pós-colheita de frutos com danos ou sinais de infestação por insetos e doenças; Inspeção e certificação dos frutos empacotados; Transporte e distribuição da commodity.
- (D) Práticas do MIP no campo de produção; Medidas preventivas na fase de pré-colheita; Remoção na pós-colheita de frutos com danos ou com sinais de infestação por insetos; Inspeção e certificação dos frutos empacotados; Transporte e distribuição da commodity.
- (E) Práticas do MIP no campo de produção; Medidas preventivas na fase de pré-colheita; Tratamento corretivo pós-colheita de frutos com danos ou com sinais de infestação por insetos; Inspeção e certificação dos frutos empacotados; Transporte e distribuição da commodity a granel.

40. É considerada uma Praga Quarentenária

- (A) todo organismo de natureza vegetal que, estando presente em outras regiões do país, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à produção agrícola do país ou região exportadora exposta.
- (B) todo organismo de natureza animal e/ou vegetal que, estando presente em outros países ou regiões, sem controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta.
- (C) todo organismo de natureza animal e/ou vegetal que, estando presente em outros países ou regiões, sem controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região exportadora exposta.
- (D) todo organismo de natureza animal e/ou vegetal que, estando presente em outros

países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta.

- (E) todo organismo de natureza animal que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia geral do país ou região exportadora exposta.

41. Pragas de importância econômica potencial, já presentes no país, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle. Esse conceito refere-se à

- (A) categoria A1.
- (B) categoria A2.
- (C) categoria A3.
- (D) categoria não regulamentada.
- (E) categoria não quarentenária.

42. As Pragas Quarentenárias e as Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas (PNQRs) podem ser comparadas com base em elementos de seus critérios de definição. Quanto ao critério de definição de uma Praga Quarentenária e uma PNQR, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Status da Praga.
- (B) Via de Ingresso.
- (C) Controle Regional.
- (D) Controle Oficial.
- (E) Impacto Econômico.

43. O que é sintomatologia de doenças de plantas?

- (A) É a parte da Entomologia que estuda os sintomas e sinais, visando à diagnose de doenças de plantas.
- (B) É a parte da Fitopatologia que estuda os sintomas e sinais, visando à diagnose de doenças de plantas.
- (C) É o estudo de sintomas de doenças causados por insetos em plantas.
- (D) É o estudo de sintomas causados por vírus, visando à diagnose de doenças em insetos praga.
- (E) É o estudo das estruturas do patógeno internalizadas no tecido vegetal doente.

44. A Portaria nº 2635/2014 – ADEPARÁ – dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga *Helicoverpa armígera* no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. O Art. 2º estabelece as seguintes medidas da Defesa Sanitária Vegetal, EXCETO

- (A) o uso de cultivares que restrinjam ou eliminem as populações da praga.
- (B) a determinação de épocas de plantio e restrição de cultivos subsequentes.
- (C) o uso de controle químico e biológico.
- (D) o vazio sanitário para deixar a terra sem cultivo com períodos livres de hospedeiros, por 180 dias, no caso de áreas com infestação da praga.
- (E) o uso de armadilhas, iscas ou outros métodos de controle físico.

45. A Quarentena Vegetal previne a introdução e disseminação de pragas ausentes no Brasil, por meio do controle de vegetais, seus produtos, subprodutos, organismos para controle biológico e outros artigos regulamentados importados. Para maior segurança, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cadastra e credencia estações quarentenárias pós-entrada, bem como o conjunto de laboratórios de diagnósticos fitossanitários, que, de acordo com a legislação específica, realizam quais exames?

- (A) Acarologia, Bacteriologia, Edafologia, Micologia, Microbiologia, Virologia.
- (B) Climatologia, Bacteriologia, Entomologia, Fitopatologia, Nematologia, Virologia.
- (C) Fitopatologia, Entomologia, Edafologia, Bacteriologia, Nematologia, Virologia.
- (D) Acarologia, Bacteriologia, Entomologia, Fitopatologia, Nematologia, Ecologia.
- (E) Acarologia, Bacteriologia, Entomologia, Micologia, Nematologia, Virologia.

46. O Decreto Federal nº 5759, de 17 de abril de 2006, promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CINP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO –, em 17 de novembro de 1997. Nesse Decreto, conforme o Artigo II, que trata da terminologia utilizada, como é definida a “Área de Baixa Prevalência de Pragas”?

- (A) Área delimitada pelas autoridades competentes, que pode corresponder à totalidade de um país, parte de um país ou à totalidade ou partes de vários países em que uma determinada praga se encontra em baixo nível e que está sujeita a medidas de efetiva vigilância, controle ou erradicação.
- (B) Área na qual os fatores ecológicos favorecem o estabelecimento de uma praga, cuja presença, dentro da área, resultará em importantes perdas econômicas.
- (C) Área onde ocorre o armazenamento, embalagem e transporte, com capacidade de abrigar ou disseminar pragas que se julguem importantes.
- (D) Área delimitada pelas autoridades competentes, que corresponde à área total de um país ou continente, e que uma determinada praga se encontra em baixo nível e que está sujeita a medidas de efetiva vigilância, controle e erradicação, ficando a área proibida de comercializar produto para outros países ou regiões.
- (E) Área na qual os fatores ecológicos não favorecem o estabelecimento de pragas, cuja presença na área causaria como resultado importantes perdas econômicas.

47. Para dar certo, o Manejo Integrado de Pragas (MIP) precisa contar com a associação de quais tipos de controle?

- (A) Transgênico, Cultural, Químico, Comportamental, Genético e Varietal.
- (B) Cultural, Biológico, Comportamental, Genético, Varietal e Químico.
- (C) Cultural, Biológico, Isolado, Genético, Varietal e Químico.
- (D) Cultural, Físico, Biológico, Isolado, Genético e Químico.
- (E) Biológico, Físico, Químico, Comportamental, Transgênico e Varietal.

48. O controle de pragas, com a utilização dos conhecimentos ecológicos e biológicos das pragas, empregando práticas como rotação de culturas, aração do solo, época de plantio e colheita, além de destruição de restos de cultura, é conhecido como

- (A) controle comportamental.
- (B) controle biológico.
- (C) controle cultural.
- (D) controle químico.
- (E) controle varietal.

49. Os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) devem ser indicados no receituário agrônomo e no rótulo do produto. Assinale a alternativa que apresenta os cuidados corretos a serem tomados quanto à aquisição e uso dos EPIs.

- (A) Os EPIs devem ser substituídos a cada 5 lavagens e devem possuir certificado de aprovação do Ministério do Meio Ambiente.
- (B) A lavagem dos EPIs deve ser feita após cada utilização e com uso de luvas, separados de roupas da família. Esses equipamentos devem possuir certificado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- (C) A lavagem dos EPIs deve ser feita após o término de utilização do produto e eles devem ser armazenados no mesmo local que os produtos químicos.
- (D) Os EPIs devem possuir certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e devem ser utilizados em boas condições, de acordo com a recomendação do fabricante e do produto a ser utilizado.
- (E) Os filtros das máscaras e respiradores são genéricos para todos os defensivos e têm prazo de validade indeterminado. As luvas devem ser resistentes aos solventes dos produtos.

50. O programa conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em 1963, com o objetivo de estabelecer normas internacionais na área de alimentos, é chamado de

- (A) *Codex alimentus.*
- (B) *Codex nutriens.*
- (C) *Codex culinarius.*
- (D) *Codex agricultura.*
- (E) *Codex alimentarius.*

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

